

Relatório e Contas de 2021

De acordo com o art.º 35º dos Estatutos do CSC – Centro Social de Coimbra, vimos apresentar o Balanço, Contas e Relatório relativas ao período de janeiro a dezembro de 2021.

Vila Nova de Gaia, 10 de março de 2022

A Direção

António Augusto

Alves

Ana Luísa Mosqueira Alves Pires Fernandes

Helena Vaz Soares

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'AP', 'S.', and a large stylized signature.

Introdução:

O presente Relatório relativo ao exercício de 2021, faz cumprir o art.º 35º dos Estatutos do CSC – Centro Social de Coimbrões.

Desempenho:

Durante o ano 2021 muitos desafios foram enfrentados, desde logo com a continuação de um quadro pandémico causado pelo vírus SARS CoV – 2 que exigiu a adoção de medidas preventivas que vieram condicionar o plano de atividades deste ano.

De salientar o encerramento do Centro devido ao estado de emergência que vigorou de meados de janeiro até meados de março e novo encerramento em dezembro. Esta condição obrigou a que durante um período de tempo tivéssemos necessidade de recorrer a medidas de apoio promovidas pelo governo, lay-off de parte dos funcionários e a diminuição da participação familiar.

Como forma de combater os perigos de contaminação provocado pelo vírus SARS CoV – 2, um dos maiores objetivos foi garantir um ambiente seguro e saudável promotor do bom desenvolvimento psicossocial dos utentes, tal como aconteceu em 2020.

Em conformidade com o Plano de Atividades, aprovado na Assembleia Geral de 27/11/2020, damos conhecimento, de uma forma resumida, das principais atividades desenvolvidas ao longo do ano, não deixando de realçar acontecimentos relevantes para o CSC, ocorridos durante 2021.

Atividades definidas em Plano de atividades para 2021 concretizadas:

1. Execução das atividades possíveis do plano de atividades pedagógicas definido para o ano letivo 2020/2021;
2. Parceria com a Câmara Municipal de Gaia no projeto GAIAprende+ nas escolas EB1 dos Castelos, EB1 das Devesas e EB1 das Matas;
3. Equipamento das salas de atividades com material lúdico e pedagógico;
4. Formação dos colaboradores;
5. Aquisição do aplicativo Childiary para as valências da creche e CATL durante o período em que nos encontramos encerrados para manter a atividade pedagógica on-line e mantivemos na valência da creche para o ano letivo 2021/2022;
6. Candidatura e como instituição vencedora, aquisição de pérgula para recreio exterior, no âmbito da causa “Bairro Feliz” do Pingo Doce;
7. Aquisição de equipamentos informáticos, no âmbito da candidatura NORTE-07-4842-FEDER-000657;
8. Aquisição de bens, no âmbito da candidatura NORTE-07-4842-FEDER-000657;
9. Assinatura de protocolo de colaboração com a Câmara Municipal de Gaia para reformulação dos espaços exteriores da instituição;
10. Início das obras de reabilitação dos espaços exteriores e limpeza do telhado;
11. Participação em diversas reuniões de foro institucional com a autarquia, junta de freguesia e outras entidades;
12. Contratação de colaborador para dar respostas às exigências de combate à pandemia por COVID – 19;



Atividades definidas em Plano de atividades para 2021 não concretizadas:

1. Aquisição de veículo ligeiros de 9 lugares. Não se concretizou, pois a venda do veículo atual está muito abaixo dos valores necessários para a compra de um novo veículo.

Aplicação de Resultados:

O exercício de 2021 encerrou com um resultado negativo após impostos de € 12 338,59 que pretendemos que esta Assembleia aprove.

Vila Nova de Gaia, 14 de março de 2022

A Direção

Artur Angel

[Signature]

[Signature]

Ana Luísa Mosqueira Alves Pires Fernandes

Helena Uly Soares

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**
PORTO

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

ANO DE

2021

DENOMINAÇÃO CENTRO SOCIAL DE COIMBRÕES

MORADA Rua Domingos de Matos

N. 544 **ANDAR** **LOCALIDADE** Vila Nova de Gaia

FREGUESIA Santa Marinha

CONCELHO Vila Nova de Gaia

COD. POSTAL 4400-120

EM ____/____/____

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Vila Nova de Gaia , ____

Vila Nova de Gaia , ____

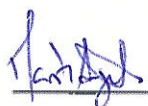
ASSINATURAS

ASSINATURA DO PRESIDENTE

António Augusto
Luís Magalhães Alves Pires Fernandes
Helena Vaz Soares

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-2021	31-dez-2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2 943,40	3 604,62
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	11.1	2 471,37	1 785,12
		5 414,77	5 389,74
Ativo corrente			
Inventários	6	1 744,14	508,17
Créditos a receber	11.3	0,00	1 470,01
Estado e outros entes públicos	11.9	611,10	650,46
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11.2	271,00	336,00
Diferimentos	11.5	34 861,13	50 475,84
Outros ativos correntes	11.4	6 595,29	7 663,23
Caixa e depósitos bancários	11.6	93 756,59	57 597,47
		137 839,25	118 701,18
Total do ativo		143 254,02	124 090,92
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.7	20 866,70	20 866,70
Resultados transitados	11.7	13 215,16	37 712,48
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.7	17 432,40	0,00
		51 514,26	58 579,18
Resultado líquido do período		-12 338,59	-24 497,32
Total dos fundos patrimoniais		39 175,67	34 081,86
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.8	6 467,47	3 501,12
Estado e outros entes públicos	11.9	22 114,85	20 018,63
Diferimentos	11.5	0,00	482,68
Outros passivos correntes	11.10	75 496,03	66 006,63
		104 078,35	90 009,06
Total do passivo		104 078,35	90 009,06
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		143 254,02	124 090,92

A Direção


Ana Luísa Mosqueira Alves Pires Fervença


Heloísa Uag Soares

Contabilista Certificado


16/10/2021

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 021	2 020
Vendas e serviços prestados	7	162 143,00	179 225,92
Subsídios, doações e legados à exploração	8/11.11	412 209,82	358 880,89
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-27 484,17	-29 158,50
Fornecimentos e serviços externos	11.12	-118 431,03	-126 748,54
Gastos com o pessoal	9	-438 364,32	-402 046,70
Outros rendimentos	11.13/15	1 766,89	3 094,54
Outros gastos	11.14	-2 341,76	-1 979,78
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e		-10 501,57	-18 732,17
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	-1 837,02	-5 765,09
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e		-12 338,59	-24 497,26
Juros e gastos similares suportados	11.15	0,00	-0,06
Resultados antes de impostos		-12 338,59	-24 497,32
Resultado líquido do período		-12 338,59	-24 497,32

A Direção

Contabilista Certificado


 Ana Luísa Mosqueira Alves Pires Fernandes
 Heloísa Vaz Soares


 Contabilista Certificado

Entidade: CENTRO SOCIAL COIMBROES
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 500933235

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	CAF 2020/2021	CAF 2021/2022	CAF - Férias Páscoa	CAF - Férias Verão	CAF - Férias Natal	Creche	Pré-escolar	CATL	PERÍODOS	
										2021	2020
Vendas e serviços prestados	7	12 918,35	16 485,00	568,50	18 306,60	1 043,90	28 752,67	62 259,30	23 807,68	162 143,00	179 226,92
Custo das vendas e dos serviços prestados	6-9	-10 216,82	-22 633,05	181,32	5 197,07	1 002,65	-131 625,08	195 963,37	99 027,13	-465 848,49	-431 206,20
Resultado Bruto		2 699,53	-6 148,05	387,18	13 109,53	41,25	-104 872,41	-133 704,07	75 219,45	-303 705,49	-251 979,28
Outros Rendimentos	8/11 11/11 13/11 15	23 253,30	14 706,82	180,70	9 823,43	228,58	165 228,61	178 986,30	21 568,47	413 976,71	36 975,43
Gastos administrativos	4/5/11 12	-25 949,36	-8 556,68	-568,86	-21 765,33	-269,83	-27 715,37	-31 563,07	-3 859,53	-120 268,05	-132 513,63
Outros Gastos	11 14	-3,47	-1,89	0,00	-1 147,63	0,00	-523,10	-594,45	-71,22	-2 341,76	-1 979,78
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32 118,73	13 124,41	-57 581,73	-12 338,59	-24 497,26
Gastos de financiamento (líquidos)	11 15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,06
Resultado antes de impostos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32 118,73	13 124,41	-57 581,73	-12 338,59	-24 497,32
Resultado líquido do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32 118,73	13 124,41	-57 581,73	-12 338,59	-24 497,32

Handwritten signatures and names:
 António Augusto
 Luísa Marques dos Reis
 Helena dos Reis

CENTRO SOCIAL COIMBROES
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

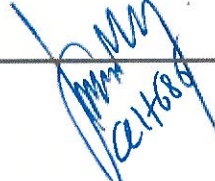
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		166 340,24	177 192,60
Pagamentos a fornecedores		-121 514,64	-135 102,99
Pagamentos ao pessoal		-276 948,49	-253 869,08
Caixa gerada pelas operações		-232 122,89	-211 779,47
Outros recebimentos/pagamentos		266 416,93	206 592,78
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		34 294,04	-5 186,69
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-1 175,80	-269,90
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		1,92	1,92
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-1 173,88	-267,98
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		3 872,22	1 682,75
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-833,26	-687,45
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		3 038,96	995,30
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		36 159,12	-4 459,37
Caixa e seus equivalentes no início do período		57 597,47	62 056,84
Caixa e seus equivalentes no fim do período		93 756,59	57 597,47

A Direção

Contabilista Certificado


 Ana Luísa Marques Alves
 Heloísa Vaz Soares



AC



CENTRO SOCIAL COIMBRÕES

Anexo

Demonstrações Financeiras

2021

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	11
5	Ativos Intangíveis	11
6	Inventários	12
7	Rédito	12
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	12
9	Benefícios dos empregados	13
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	14
11	Outras Informações	14
11.1	Investimentos Financeiros	14
11.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	14
11.3	Créditos a receber	14
11.4	Outros ativos correntes	15
11.5	Diferimentos	15
11.6	Caixa e Depósitos Bancários	15
11.7	Fundos Patrimoniais	15
11.8	Fornecedores	16
11.9	Estado e Outros Entes Públicos	16
11.10	Outros passivos correntes	16
11.11	Subsídios, doações e legados à exploração	16
11.12	Fornecimentos e serviços externos	17
11.13	Outros rendimentos	17
11.14	Outros gastos	17
11.15	Resultados Financeiros	17
11.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	18
11.17	Acontecimentos após data de Balanço	18

1 Identificação da Entidade

O “CENTRO SOCIAL COIMBRÕES” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social” registada na Direção Geral da Segurança Social no Livro nº 8 das Associações sob o nº 84/01 a fls. 179 verso e 180 em 21/06/2001, com sede em Rua Domingos de Matos, 544, Vila Nova de Gaia.

Tem os seguintes objetivos:

- Colaborar na criação e educação das crianças da sua área de influência;
- Desenvolver e elevar o nível cultural da população da respetiva área;
- Coadjuvar os serviços públicos competentes e outras instituições ou entidades, num espírito de interajuda, solidariedade e colaboração.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

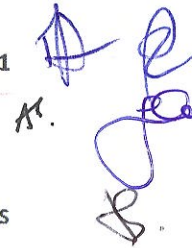
As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.



3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

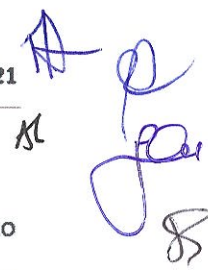
A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.



3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

A
K.
S.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

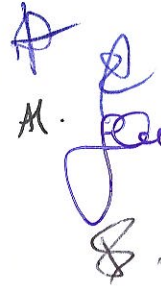
Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na seguinte tabela:



Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6
Outros ativos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as comparticipações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador. Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às comparticipações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.5 Inventários

Os "Inventários" estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2020	Adições	Abate	Transferência	31-12-2021
Equipamento Básico	45.683,47				45.683,47
Equipamento de Transporte	52.613,96				52.613,96
Equipamento Administrativo	3.177,46				3.177,46
Equipamento Informático	11.659,07	1.175,80			12.834,87
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.763,57				1.763,57
Ativo Tangível Bruto	114.897,53	1.175,80	0,00	0,00	116.073,33
Depreciações Acumuladas					
Equipamento Básico	42.949,63	1.138,08			44.087,71
Equipamento de Transporte	52.613,96				52.613,96
Equipamento Administrativo	2.814,93	362,53			3.177,46
Equipamento Informático	11.150,82	336,41			11.487,23
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.763,57				1.763,57
Depreciações Acumuladas	111.292,91	1.837,02	0,00	0,00	113.129,93
Ativo Tangível Líquido	3.604,62	-661,22	0,00	0,00	2.943,40

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2020	Adições	Abate	Transferência	31-12-2021
Programas de computador	1.805,65				1.805,65
Ativo Intangível Bruto	1.805,65	0,00	0,00	0,00	1.805,65
Depreciações Acumuladas					
Programas de computador	1.805,65				1.805,65
Depreciações Acumuladas	1.805,65	0,00	0,00	0,00	1.805,65
Ativo Intangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2020				2021		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	956,30	16.362,24	12.348,13	508,17	18.241,54	10.478,60	1.744,14
Total	956,30	16.362,24	12.348,13	508,17	18.241,54	10.478,60	1.744,14
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				29.158,50			27.484,17

7 Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Prestação de Serviços	162.143,00	179.225,92
Quotas de utilizadores	161.761,11	177.524,92
Quotas e joias	381,89	1.701,00
Outros Réditos	1,92	1,92
Juros	1,92	1,92
Total	162.144,92	179.227,84

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	31-12-2021			31-12-2020		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	301.458,18	0,00	0,00	275.218,92
ISS, IP – Medidas Apoio COVID-19	Não reembolsável	0,00	0,00	17.066,51	0,00	0,00	8.243,86
Programa Adaptar Social +	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.800,00
Autarquias – C. M. Vila Nova de Gaia	Não reembolsável	0,00	0,00	56.150,03	0,00	0,00	53.909,52
IEFP	Não reembolsável	0,00	0,00	21.733,28	0,00	0,00	2.677,71
TOTAL		0,00	0,00	396.408,00	0,00	0,00	344.850,01

A Instituição esteve em regime de layoff simplificado no decorrer do exercício, tendo recebido o apoio de 17.066,51€ do ISS, IP, correspondente a 2/3 das remunerações dos trabalhadores abrangidos, bem como a isenção do pagamento das contribuições à Segurança Social (22,3%).

9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos Órgãos Diretivos, nos períodos de 2021 e 2020, foram de "11". Durante o período de 2021 foram eleitos os novos Órgãos Diretivos para o quadriénio 2021/2024, que se decompõem da seguinte forma:

Assembleia Geral

Presidente – Maria da Conceição Oliveira Osório;
 1º Secretário – Maria Adelaide Oliveira Ferreira Guedes;
 2º Secretário – Rui Jorge Diegues Borges.

Direção

Presidente – Marta Raquel Monteiro Ângelo;
 Vice-Presidente – Patrícia Susana Carvalho Lacerda;
 Tesoureiro – Maria Júlia de Almeida Moreira;
 Secretário – Ana Luísa Mosqueira Alves Pires Fernandes;
 Vogal – Heloísa Raquel Teixeira Vaz Soares.

Conselho Fiscal

Presidente – Helga Carvalho Vieira;
 Vogal – Paula Maria da Cunha Durães;
 Vogal – Odete Maria Teixeira Lopes.

Todos os membros dos Órgãos Diretivos estão em regime de voluntariado não recebendo qualquer contrapartida financeira pelas funções desempenhadas.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2020 foram de "24" e em 31/12/2021 foram de "25".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações ao pessoal	* 357.845,07	* 324.583,15
Indemnizações	299,25	0,00
Encargos sobre as Remunerações	* 73.628,33	* 69.439,60
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3.743,05	3.354,88
Outros Gastos com o Pessoal	1.454,50	2.270,94
IEFP – Estágios/CEI/CEI+	1.394,12	2.398,13
Total	438.364,32	402.046,70

*A Instituição esteve em layoff simplificado durante uma parte do exercício.

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2021	2020
Outros investimentos financeiros		
Fundo Compensação do Trabalho	2.471,37	1.785,12
Total	2.471,37	1.785,12

11.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Associados	271,00	336,00
Total	271,00	336,00

11.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Clientes e Utentes		
Utentes	0,00	1.470,01
Total	0,00	1.470,01

11.4 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinham em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Adiantamentos a Fornecedores	298,61	3.506,22
Entidades do Setor Público Administrativo		
ISS, IP – Dotação a receber	6.296,68	1.388,42
IEFP	0,00	368,59
Programa Adaptar Social +	0,00	2.400,00
Total	6.595,29	7.663,23

11.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a Reconhecer		
Seguros	787,68	1.075,41
Rendas antecipadas	0,00	0,00
Obras/Reparações	34.073,45	49.400,43
Total	34.861,13	50.475,84
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP	0,00	482,68
Total	0,00	482,68

11.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	662,88	382,99
Depósitos à ordem	63.982,68	28.105,37
Depósitos a prazo	29.111,03	29.109,11
Total	93.756,59	57.597,47

11.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	20.866,70	0,00	0,00	20.866,70
Resultados transitados	37.712,48	0,00	24.497,32	13.215,16
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	17.432,40	0,00	17.432,40
Total	58.579,18	17.432,40	24.497,32	51.514,26

11.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores	6.467,47	3.501,12
Total	6.467,47	3.501,12

11.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	611,10	650,46
Total	611,10	650,46
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	5.704,30	4.833,15
Segurança Social	16.330,16	15.136,32
Fundo Compensação do Trabalho	80,39	49,16
Total	22.114,85	20.018,63

11.10 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobram-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Utentes com adiantamentos	0,00	3.128,71	0,00	901,80
Pessoal				
Sindicatos	0,00	15,96	0,00	0,00
Penhoras	0,00	170,00	0,00	324,35
Credores por acréscimo de gastos	0,00	61.598,92	0,00	60.263,50
Entidades do Setor Público Administrativo – ISS, IP / Autarquias	0,00	10.582,44	0,00	4.516,98
Total	0,00	75.496,03	0,00	66.006,63

11.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios das Entidades Públicas	396.408,00	344.850,01
Doações e heranças - Donativos	15.801,82	14.030,88
Total	412.209,82	358.880,89

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Serviços especializados	83.360,36	78.903,55
Materiais	5.453,52	5.548,69
Energia e fluidos	8.885,38	8.164,06
Deslocações, estadas e transportes	1.074,20	267,10
Serviços diversos	14.885,79	24.445,94
Encargos com utentes	4.771,78	9.419,20
Total	118.431,03	126.748,54

11.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Outros Rendimentos	1.764,97	3.092,62
Rendimentos Suplementares	179,77	2.942,62
Outros rendimentos	1.585,20	150,00
Juros e Rendimentos Similares	1,92	1,92
Juros obtidos	1,92	1,92
Total	1.766,89	3.094,54

11.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	1.460,95	600,28
Outros Gastos	880,81	1.379,50
Total	2.341,76	1.979,78

11.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
	0,00	0,06
Total	0,00	0,06
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1,92	1,92
Total	1,92	1,92
Resultados Financeiros	1,92	1,86

11.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano 2021, foi o seguinte:

Creche – 28 utentes;

Pré-escolar – 58 utentes;

CATL – 19 utentes;

CAF – 173 utentes.

11.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Vila Nova de Gaia, 31 de dezembro de 2021

O Contabilista Certificado



A Direção



Ana Luísa Marques Alves Fernandes


Helena Vaz Soares